

Educação e o mundo do trabalho

Sonia Maria Portella Kruppa1

As relações entre educação e mundo do trabalho são hoje bastante complexas.

É pelo trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Mas não fazem isso apenas de forma repetitiva. Ao transformar a natureza, homens e mulheres acumulam conhecimentos que, simultaneamente, mudam sua forma de produzir os meios de sua própria vida e sua relação com a natureza.

A educação, entendida como troca e diálogo entre e inter gerações, garante que homens e mulheres retransmitam esses conhecimentos uns aos outros. Com a constituição da escola, espaço destinado à transmissão de saberes, ficam estabelecidas possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho.

Ao longo de sua história, a escola tem assumido diferentes papéis, em relação ao mundo do trabalho, desde ser uma simples fornecedora de mão-de-obra adestrada a se tornar um espaço destinado à educação integral, ou, ainda, atendendo à montagem de um sistema dual de formação: o ensino profissionalizante aos menos favorecidos e o propedêutico às elites.

Considerar a trajetória do trabalho ao longo da história pode ajudar a compreender as diferentes concepções da relação assim estabelecida, a valorização ou rejeição do trabalho como componente central do processo educativo.

Na antiga Grécia, o trabalho e as profissões eram parte das tarefas dos escravos: “o trabalho necessário às necessidades vitais era, na Antigüidade, uma ocupação servil, que excluía da cidadania (isto é, da participação na Cidade) aquelas e aqueles que o realizavam” (Gorz, 2003, p. 2). Mesmo na Idade Média e, ainda depois, até o século XVIII, “o termo trabalho (labour, Arbeit, lavoro) designava a labuta dos servos e dos trabalhadores por jornada, produtores dos bens de consumo ou dos serviços necessários à sobrevivência que, dia após dia, exigem ser renovados e repostos.

Os artesãos, em troca, fabricantes de objetos duradouros, acumuláveis, que seus compradores legavam à posteridade, não ‘trabalhavam’, mas ‘realizavam obras’, nas quais podiam utilizar o ‘trabalho’ de homens de labuta chamados a cumprir as tarefas mais penosas, pouco qualificadas” (Gorz, *ibidem*, p. 24). Na mesma linha, o sistema de produção têxtil em domicílio, ao preservar aos trabalhadores parte do controle da produção e da comercialização, não pode ser comparado à situação da fábrica. Artesãos ou produtores domiciliares preservavam culturas próprias tradicionais. O trabalho como elemento criador perde sua existência com o surgimento do trabalhador assalariado tal como o conhecemos, invenção do capitalismo e da modernidade: “a racionalização econômica capitalista exige que o trabalhador adentre ao processo produtivo despojado de sua personalidade e de sua singularidade, de seus fins e de seus desejos próprios, como simples força de trabalho, intercambiável e

comparável a qualquer outro trabalhador, servindo a fins que lhe são estranhos e indiferentes” (Gorz, 2003, p. 19-29).

Parte constitutiva do processo em que tem início o capitalismo são as chamadas Revoluções Industriais e as mudanças tecnológicas que alteram radicalmente a forma e a produtividade do trabalho. Assim a primeira, no final do século XVIII, na Inglaterra, com o tear mecânico e a máquina a vapor que revolucionam a indústria têxtil, com a introdução da fábrica e do trabalho assalariado e com as disputas em torno do papel da instrução pública que começa a se afirmar, vista por alguns como forma de disciplinar o homem comum, convertendo-o ao trabalho assalariado. Já no início do século XX, a segunda Revolução Industrial nos Estados Unidos, com a eletromecânica e o motor a explosão que generalizam a produção em série, introduzindo a linha de montagem e a separação da gerência da execução, mas trazendo consigo, em contrapartida, a possibilidade de fortalecimento da organização dos trabalhadores pelo movimento sindical e do pleno emprego, com a conquista dos chamados direitos trabalhistas.

A profissionalização pela escola é vista como caminho ao emprego, em especial, para as populações trabalhadoras. No Brasil, os anos 40 assistem ao início do SENAI, local público de qualificação profissional, sob a ótica e gerenciamento empresarial. Por fim e ainda em curso nos países menos desenvolvidos como o Brasil, a terceira Revolução Industrial, com berço no Japão e no último quartel do século XX, introduz a informática, os sistemas integrados de produção computadorizada e as telecomunicações, que trazem a produção flexível, a automação e a desterritorialização da produção, causando a precarização do trabalho assalariado pelo descompasso entre o aumento da produtividade do trabalho e o consumo. Se todas as Revoluções Industriais causaram desemprego tecnológico, o impacto desta, ainda em curso, é incomparavelmente maior.

Segundo Singer, “melhor do que a palavra ‘desemprego’, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está acontecendo. Os novos postos que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e os contratos coletivos vinham garantindo” (Singer, 1998, p. 24). Dentro desse novo contexto, é atribuído aos trabalhadores o dever de escolaridade, em nome de um suposto atributo de empregabilidade, conseqüência da conquista de escolaridade e de determinadas qualificações e competências por cada trabalhador individualmente. Os números demonstram, contudo, que a escola básica no Brasil vem sendo progressivamente generalizada sem assegurar necessariamente o emprego. Longe disso, a escola passa a ser credenciadora da vaga.

Atualmente, o debate sobre o desenvolvimento atraiu pesquisadores de outras áreas preocupados com os impactos ambientais e sociais da industrialização e urbanização e com as perspectivas de superação das desigualdades sociais e regionais e com a sustentabilidade do processo de crescimento e desenvolvimento. Este debate tem transcendido os muros da academia, envolvendo os movimentos sociais que vêm participando ativamente deste processo. É neste contexto que a proposta da Economia Solidária toma vulto, propondo, além de uma outra forma

de organização da produção, também uma outra forma de relação entre educação e trabalho, como partes integrantes de um outro modelo de desenvolvimento.

Esta série analisará a relação entre trabalho, educação e desenvolvimento, buscando abordar essa relação sob diferentes pontos de vista.

Esses são os temas que serão debatidos na série Educação e o mundo do trabalho, que será apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola, de 12 a 16 de setembro de 2005:

PGM 1 - Educação e trabalho na perspectiva do desenvolvimento

Neste primeiro programa da série, serão problematizados os conceitos de desenvolvimento e de crescimento econômico, situando a necessidade de novas relações entre a educação e o mundo do trabalho.

PGM 2 - Educação e trabalho na perspectiva dos sujeitos sociais

No segundo programa, empresários, trabalhadores e Governo estarão em foco, com o intuito de aprofundar a temática central e as diferentes formas de encaminhamento dessa relação.

PGM 3 - Educação e trabalho na perspectiva da Economia Solidária

Neste terceiro programa, será aprofundado o conceito de Economia Solidária e serão debatidas as exigências que essa forma de organização dos trabalhadores na produção traz à educação.

PGM 4 - Educação de Jovens e Adultos: possibilidades e desafios do presente

Neste quarto programa da série, serão debatidas as recentes propostas governamentais para a qualificação profissional e as experiências de Educação de Jovens e Adultos, no campo e na cidade, integradas à qualificação profissional.

PGM 5 - Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea

Neste quinto programa, será debatida a permanência ou não da centralidade do trabalho como princípio educativo frente à crise do mundo do trabalho, fechando a série com os desafios trazidos pelo presente, marcado pelas profundas mudanças tecnológicas da terceira Revolução Industrial.

Bibliografia

GORZ, André. Metamorfoses do Trabalho - Crítica da Razão Econômica. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego. Editora Perspectiva, São Paulo, 1998.

Nota

1- Professora da Universidade de São Paulo. Consultora dessa série.